



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**  
**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**ALOCUÇÃO**  
**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO**  
**KAY RALA XANANA GUSMÃO**  
**POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO SOBRE INFORMAÇÕES**

**Dili, 2 de Julho de 2009**

Começo por me dirigir a todos aqueles que tomaram parte activa na organização deste Seminário, para lhes agradecer e felicitar pelo excelente trabalho desenvolvido.

Agradeço também aos que se prontificaram a partilhar connosco os seus conhecimentos, disponibilizando-se para serem conferencistas durante estes dois dias.

Em particular registo a presença do Dr. Jorge Bacelar Gouveia e do Sr. Andrew McIntyre, que se deslocaram propositadamente dos seus países, respectivamente Portugal e Austrália, para participarem nestas sessões dedicadas ao Sistema de Informações.

Faço votos para que no final deste ciclo de conferências todos possamos ter apreendido o essencial das mensagens aqui deixadas e tenhamos uma perspectiva correcta de qual o papel a ser desempenhado pelos serviços de informações na era moderna.

Na verdade, na nossa memória ainda recente continua presente a associação das agências de inteligência ao chamado “*trabalho sujo*”, cujo principal propósito era o de assegurar a sobrevivência de determinados regimes políticos, normalmente totalitários.

Os agentes da inteligência estavam, então, conotados com uma série de actividades repressivas, que mais não visavam do que o isolamento, quando não a própria aniquilação, dos adversários do “*Regime*”, procurando por todos os meios, incluindo os ilegítimos, apagar qualquer foco de contestação ao poder vigente.

Também no nosso País sofremos na pele os atropelos aos mais elementares direitos humanos, perpetrados pelos servidores da *Inteligência*, que não hesitaram em usar os métodos mais brutais para reprimirem a luta do nosso Povo pela libertação e Independência Nacional.

Muitos timorenses foram, então, vítimas desses métodos, perdendo a vida ou ficando com sequelas físicas e psíquicas que a memória não apaga.

Mas isso é passado! Agora há que olhar para o futuro e é precisamente para isso que estamos aqui reunidos, hoje e amanhã. Por detrás da decisão de realizar este seminário esteve a intenção da sociedade timorense ser convenientemente esclarecida de qual o papel atribuído aos Serviços de Informações, agora que somos um País independente e soberano e temos a democracia como principal referência.

Os serviços de informações num Estado democrático não têm rigorosamente nada a ver com os existentes em Estados totalitários. Nas sociedades modernas desenvolvem a sua actividade em defesa dos interesses nacionais e na prossecução dos objectivos do Estado, tornando-se na primeira linha de defesa e segurança dos países, em particular daqueles de menor dimensão e menos dotados em termos de recursos, como é o caso de Timor-Leste.

A produção atempada de informação, credível e objectiva, garante ao Estado uma vantagem real em relação àqueles que estão apostados em pôr em causa a sua sobrevivência. Não somente os que representam uma ameaça externa, mas também, e direi mesmo principalmente, todos quantos desenvolvem a sua actividade no seio de organizações criminosas, as quais, nos dias de hoje, têm quase sempre ramificações que ultrapassam a dimensão nacional.

Os serviços de informações actuam por antecipação, daí terem como missão prever e antecipar ameaças à Segurança Nacional dos Estados.

O Serviço Nacional de Inteligência, nome que o Parlamento Nacional decidiu atribuir aos nossos serviços de informações, não está ao serviço deste governo, nem dos próximos. O SNI está ao serviço do Estado e exerce as suas atribuições no respeito da Constituição de Timor-Leste, conforme expresso na sua Lei Orgânica.

Concorre, em cooperação e coordenação com as restantes Forças e Serviços de Segurança e Forças de Defesa, para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa, bem como da garantia da segurança interna, particularmente na prevenção de todo o tipo de criminalidade que ponha em causa o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

O SNI, contrariamente aos serviços de inteligência que o antecederam no nosso País, não é uma força de Polícia, não tem competência para prender ninguém, nem tão pouco tem competência para investigar seja quem for, sem a necessária cobertura legal, concedida através de uma autorização do tribunal competente.

O SNI apenas recolhe as notícias, trabalha-as e processa-as em informação. Informação que deve ser vital para a sobrevivência do Estado, contribuindo decisivamente para a criação de condições de segurança efectiva das populações e dos seus bens, para que a sociedade timorense viva de forma pacífica e ordeira.

É essa a grande missão do SNI: prestar contributos às Forças de Defesa e às Forças e Serviços de Segurança, para que estas possam garantir a integridade territorial do País perante ameaças externas e internas.

O SNI é um serviço rigorosamente apartidário: não está nem pode estar ao serviço deste ou daquele partido. Jamais o permitirei, enquanto exercer estas funções de Chefe do Governo.

Já o disse e repito, o SNI está exclusivamente ao serviço do Estado, seja quem for que momentaneamente exerça o poder. É importante que a sociedade Timorense capte esta mensagem: o SNI, contrariamente ao que se verificou num passado ainda não distante, não existe para reprimir as populações, mesmo aquelas que se opõem ao poder político vigente.

Num Estado democrático a oposição aos governantes legitimamente eleitos não é exercida com violência, razão pela qual a resposta do Estado aos movimentos de contestação também tem de ser exercida no escrupuloso respeito pelo direito à diferença, tendo os direitos humanos como uma permanente preocupação a reter.

O grande objectivo deste seminário constitui, assim, criar confiança entre o Serviço Nacional de Inteligência e a população timorense. Essa confiança, naturalmente, tem que começar a ser estabelecida junto daqueles que têm responsabilidades directas na condução dos destinos do País.

Por isso pretendeu-se a participação de membros de todos os órgãos de soberania, dos Tribunais, dos partidos políticos, das Igrejas, da Imprensa e de outras agências que, de alguma forma, concorrem para a actividade diária do Estado.

É importante que todas estas pessoas interiorizem para que serve o SNI, como é que num Estado democrático, como naquele em que nós hoje vivemos, deve ser a forma de actuação dos elementos que constituem o SNI.

Se nós conseguirmos captar esta mensagem, poderemos todos transmiti-la à sociedade timorense em geral, para que o Povo timorense confie nas suas Instituições, em particular naquelas que são responsáveis por garantir a sua segurança.

O SNI existe, repito, para, juntamente com outros organismos, manter a paz e a segurança do País e garantir que a sociedade timorense viva harmoniosamente e pacificamente, fazendo-o, naturalmente, dentro dos limites da Lei.

Para terminar quero deixar bem claro que é minha firme intenção dotar o SNI dos meios necessários para que possa, com eficiência e eficácia, cumprir a missão que legalmente lhe está atribuída.

Houve uma necessidade, e assumo isso, de, durante algum tempo, suspender a actividade do SNI. Foi preciso dar início à sua reorganização e reestruturação e proceder-se à elaboração da sua Lei Orgânica, que ainda não existia.

Estamos, agora, na fase do arranque. Brevemente o Serviço terá um Director-Geral, a quem estará destinada, como primeira função, a de finalizar todo este processo já em curso, de reorganização e reestruturação interna.

Contamos, e temos tido esse apoio desde o início, com a cooperação de serviços homólogos de países amigos. Quero aqui, expressamente, agradecer aos Senhores Embaixadores de Portugal e da Austrália pelo papel que os vossos países têm desempenhado nesta tarefa que é a de construção de um verdadeiro Serviço de Informações em Timor-Leste, adaptado à vivência em democracia.

No futuro vamos continuar a cooperar com estes países, e, eventualmente, com outros, com os quais tenhamos relações próximas de afinidade.

O nosso objectivo é que o SNI cresça de uma maneira saudável, para que possa contribuir plenamente para a afirmação de Timor-Leste como um País soberano.

Muito obrigado!